



Na Mídia

15/05/2023 | [Valor Econômico](#)

Disputas de PIS/Cofins podem elevar receitas do governo federal

Estão em jogo R\$ 635,4 bi no STJ e no STF, parte relevante dos riscos fiscais apontados na LDO de 2024

Beatriz Olivon

Disputas judiciais envolvendo o PIS e a Cofins podem se transformar em uma boa fonte de receita para a União. Estão em jogo, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF), R\$ 635,4 bilhões. O valor representa mais da metade do risco previsto pelo governo para os casos tributários relevantes nos tribunais superiores, que é de R\$ 892,8 bilhões, segundo a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

Especialistas afirmam que o volume de disputas é alto porque o PIS e a Cofins sempre foram usados pela União para elevar rapidamente a arrecadação, uma vez que não é preciso esperar um ano para a entrada em vigor de eventual mudança (anterioridade anual). Neste caso, são necessários apenas 90 dias (noventena). A expectativa é que a reforma tributária simplifique o sistema e reduza o número de litígios. Por outro lado, acredita-se que o governo aposte nas atuais disputas para conseguir alcançar os objetivos definidos no novo arcabouço fiscal.

“Todas as grandes discussões tributárias vão ao redor do PIS e da Cofins”, afirma a advogada Priscila Faricelli, sócia do Demarest Advogados, acrescentando que o momento é favorável à União. A percepção, diz ela, é de que há agora um peso político grande nos julgamentos. “Além disso, o Supremo está perto de mudanças na sua composição [com as saídas de Ricardo Lewandowski e de Rosa Weber, ambos por idade] e se observa, pelos últimos anos, que não há preocupação em manter o racional da jurisprudência.”

Gustavo Fossati, professor da FGV Direito Rio e pesquisador do Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE), diz que o governo deve aproveitar essas discussões para reforçar o caixa. Enquanto a reforma não é aprovada, afirma, o que se projeta é que, em razão das metas fiscais do governo federal, o contribuinte possa acabar perdendo a maior parte das teses tributárias que vierem a ser julgadas nos tribunais superiores.